

CENTRAIS EÓLICAS SÃO SALVADOR S.A.

Demonstrações financeiras
referente ao exercício findo em
31 de dezembro de 2018 e
Relatório do Auditor Independente

INDICE

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	3
BALANÇOS PATRIMONIAIS.....	6
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS.....	7
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES.....	8
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....	9
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA.....	10
1. INFORMAÇÕES GERAIS	11
2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	11
3. IMOBILIZADO	16
4. FORNECEDORES.....	17
5. TRIBUTOS A RECOLHER	17
6. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS	18
7. PROVISÃO PARA RISCOS CÍVEIS, FISCAIS E TRABALHISTAS	18
8. PATRIMÔNIO LÍQUIDO	18
9. RECEITA LÍQUIDA	20
10. DESPESAS	20
11. RESULTADO FINANCEIRO	21
12. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	21
13. INSTRUMENTOS FINANCEIROS	21
14. COBERTURA DE SEGUROS.....	23
15. TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA	23
16. EVENTOS SUBSEQUENTES.....	23

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos
Administradores e Acionistas da
Centrais Eólicas São Salvador S.A.
Igaporã – BA

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Centrais Eólicas São Salvador S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Centrais Eólicas São Salvador S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Chamamos atenção para a nota 1 às demonstrações financeiras, que indica que, em 31 de dezembro de 2018, o passivo circulante da Companhia excedeu o total do ativo circulante em R\$ 13.903 mil e, nessa data, a Companhia apresentou prejuízo no exercício de R\$ 10.950 mil, margem bruta negativa de R\$ 8.646 mil, e prejuízos acumulados de R\$ 63.636 mil. Além disto, a Companhia depende da obtenção de recursos para cumprir com os compromissos de construção do parque eólico, bem como para liquidar suas obrigações de curto prazo. Esses eventos ou condições, juntamente com outros assuntos descritos na nota 1, indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto de continuidade normal das operações da Companhia, e não incluem quaisquer ajustes relativos à realização e classificações de valores de ativos, ou mesmo quanto aos valores e a classificação de passivos, que seriam requeridos na impossibilidade da Companhia continuar operando. Nossa opinião não contém ressalva relacionada esse assunto.

Outros assuntos

Aprovação das demonstrações financeiras e destinações dos resultados do exercício anterior

As demonstrações financeiras da Centrais Eólicas São Salvador S.A. referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017 não foram aprovadas em Assembleia Geral Ordinária, conforme previsto no artigo 132 da Lei das Sociedades Anônimas (Lei 6.404/76). As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2018 foram preparadas no pressuposto de que apesar da ausência da aprovação em Assembleia Geral Ordinária, as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2017 foram aprovadas pelos acionistas da Companhia.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Salvador, 07 de outubro de 2019

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC 2SP 015.199/O-6



Shirley Nara S. Silva
Contadora CRC-1BA 022.650/O-0

CENTRAIS EÓLICAS SÃO SALVADOR S.A.

BALANÇOS PATRIMONIAIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017
 (Em milhares de reais – R\$)

<u>ATIVO</u>	<u>Nota explicativa</u>	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>	<u>PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>	<u>Nota explicativa</u>	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
CIRCULANTE				CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa		4	24	Fornecedores	4	11.383	10.449
Tributos a recuperar		19	42	Tributos a recolher	5	2.531	2.027
Despesas antecipadas		73	1	Partes relacionadas	6	85	64
Total do ativo circulante		<u>96</u>	<u>67</u>	Total do passivo circulante		<u>13.999</u>	<u>12.540</u>
NÃO CIRCULANTE				NÃO CIRCULANTE			
Outros créditos		3	-	Fornecedores	4	-	1.526
Imobilizado	3	58.747	65.094	Partes relacionadas	6	258	1.441
Total do ativo não circulante		<u>58.750</u>	<u>65.094</u>	Provisão para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas	7	377	-
				Total do passivo circulante		<u>635</u>	<u>2.967</u>
				PATRIMÔNIO LÍQUIDO	8		
				Capital social		73.566	70.174
				Reserva de capital		34.282	32.166
				Prejuízos acumulados		(63.636)	(52.686)
				Total do patrimônio líquido		<u>44.212</u>	<u>49.654</u>
TOTAL DO ATIVO		<u>58.846</u>	<u>65.161</u>	TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u>58.846</u>	<u>65.161</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota explicativa	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
RECEITA LÍQUIDA	9	-	5.225
CUSTOS DOS SERVIÇOS			
Custo com compra de energia	10	-	(6.788)
PREJUÍZO BRUTO		<u>-</u>	<u>(1.563)</u>
RECEITA (DESPESAS)			
Gerais e administrativas		(1.539)	(507)
Redução ao valor recuperável de ativo imobilizado	3	(6.347)	(51.845)
Outras receitas (despesas), líquidas		<u>(760)</u>	<u>10.343</u>
Total	10	<u>(8.646)</u>	<u>(42.009)</u>
PREJUÍZO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		<u>(8.646)</u>	<u>(43.572)</u>
RESULTADO FINANCEIRO			
Receitas financeiras		-	3
Despesas financeiras		<u>(2.304)</u>	<u>(4.803)</u>
Total	11	<u>(2.304)</u>	<u>(4.800)</u>
PREJUÍZO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		<u>(10.950)</u>	<u>(48.372)</u>
Imposto de renda e contribuição social - correntes	12	-	(1.267)
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO		<u>(10.950)</u>	<u>(49.639)</u>
Prejuízo básico e diluído por ação (expresso em reais - R\$)	8.3	(0,06)	(0,68)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017
(Em milhares de reais - R\$)

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Prejuízo do exercício	(10.950)	(49.639)
Outros resultados abrangentes	-	-
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO EXERCÍCIO	<u>(10.950)</u>	<u>(49.639)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017
(Em milhares de reais - R\$)

	<u>Nota explicativa</u>	<u>Capital social</u>	<u>Capital a integralizar</u>	<u>Reserva de capital</u>	<u>Prejuízos acumulados</u>	<u>Total do patrimônio líquido</u>
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016		42.246	-	27.616	(3.047)	66.815
Aumento de capital		27.928	(10.488)	15.038	-	32.478
Prejuízo do exercício		-	-	-	(49.639)	(49.639)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017		<u>70.174</u>	<u>(10.488)</u>	<u>42.654</u>	<u>(52.686)</u>	<u>49.654</u>
Aumento de capital	8.2	3.392	-	2.116	-	5.508
Prejuízo do exercício		-	-	-	(10.950)	(10.950)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018	8	<u><u>73.566</u></u>	<u><u>(10.488)</u></u>	<u><u>44.770</u></u>	<u><u>(63.636)</u></u>	<u><u>44.212</u></u>

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017
(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	31/12/2018	31/12/2017
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Prejuízo do exercício		(10.950)	(49.639)
Ajustes para reconciliar o prejuízo do exercício com o caixa aplicado nas atividades operacionais:			
Redução ao valor recuperável do ativo imobilizado	3	6.347	51.845
Valor residual do ativo imobilizado baixado	3	-	207
Provisão para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas	7	377	-
Juros sobre contas a pagar		2.287	2.520
Perdão de dívida	10	(918)	(11.567)
(Aumento) redução nos ativos operacionais:			
Tributos a recuperar		23	(27)
Despesas Antecipadas		(72)	2
Outros créditos		(3)	-
Aumento (redução) nos passivos operacionais:			
Fornecedores		(1.953)	3.996
Tributos a recolher		496	2.004
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais		<u>(4.366)</u>	<u>(659)</u>
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Aquisição de imobilizado	3, 14	-	(25.584)
Pagamento de imobilizado adquirido em anos anteriores		-	94
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos		<u>-</u>	<u>(25.490)</u>
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Aumento de capital	8.2, 14	3.795	24.625
Partes relacionadas		551	1.505
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento		<u>4.346</u>	<u>26.130</u>
REDUÇÃO NO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		<u>(20)</u>	<u>(19)</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		24	43
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		4	24
REDUÇÃO NO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		<u>(20)</u>	<u>(19)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Centrais Eólicas São Salvador S.A. (“Companhia”) é uma sociedade por ações de capital fechado controlada diretamente pela Diamantina Eólica Participações S.A. (“Diamantina”) e que faz parte do Complexo Eólico Alto Sertão III (Fase A), do Grupo Renova que representa as Companhias sob controle direto ou indireto da Renova Energia S.A. (holding final do “Grupo Renova”). A Companhia foi constituída em 25 de setembro de 2009 e tem por objeto social projetar, implantar, operar e explorar especificamente o parque eólico “São Salvador”, localizado no Estado da Bahia e atualmente encontra-se em fase pré-operacional.

Em regime de autorização, terá toda sua produção comercializada no mercado livre pela parte relacionada Renova Comercializadora de Energia S.A. (“Renova Comercializadora”) – controlada direta da Renova Energia S.A. (“Renova Energia”) e tem por objeto social principal a comercialização de energia elétrica em todas as suas formas. Segundo Portaria nº 162, de 22 de maio de 2013, da Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”), o período de autorização da Companhia é de 35 anos a partir de 25 de maio de 2013. A capacidade de produção instalada do parque eólico é de 18,9 MWh(*)

No exercício findo em 31 de dezembro de 2018, a Companhia incorreu em prejuízo de R\$10.950 (2017, R\$49.639), possui prejuízos acumulados de R\$63.636 (2017, R\$52.686), e passivos circulantes em excesso aos ativos circulantes no montante de R\$13.903 (2017, R\$12.473) e apresenta necessidade de obtenção de capital para cumprir com os seus compromissos para conclusão da construção do parque eólico.

Os principais motivos para esse cenário são: i) investimentos relevantes na construção do parque e ii) durante o exercício a Companhia reconheceu complemento da provisão para *impairment* de ativo imobilizado em curso, no montante de R\$6.347 (2017, R\$51.845) (nota 3).

Diante deste cenário, em 21 de março de 2019 o Conselho de Administração da Renova Energia aprovou um plano de estruturação financeira que dentre outras ações, prevê a venda do Complexo Eólico Alto Sertão III para o qual a Renova Energia assinou em 9 de abril de 2019 o contrato de compra e venda de ações com a AES Tietê Energia S.A. (“AES”) (nota 16).

(*) Informação não examinada pelos auditores independentes.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (“BR GAAP”) que compreendem a legislação societária, os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (“CFC”).

A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”).

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem as utilizadas pela administração em sua gestão das atividades da Companhia.

2.2. Aprovação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras, as quais estão expressas em milhares de reais, arredondadas ao milhar mais próximo exceto quando indicado, foram aprovadas pela Administração em 07 de outubro de 2019.

2.3. Base de elaboração, mensuração e resumo das principais políticas contábeis

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico como base de valor. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

As políticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras. O resumo das principais políticas contábeis adotadas pela Companhia é como segue:

2.3.1. Instrumentos financeiros e gestão de riscos

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando a Companhia for parte das disposições contratuais dos instrumentos.

Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo no resultado) são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, após o reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

Categoria de instrumentos financeiros

A categoria depende da finalidade para a qual os ativos e passivos financeiros foram adquiridos ou contratados e é determinada no reconhecimento inicial dos instrumentos financeiros.

Abaixo demonstramos as categorias de instrumentos financeiros aplicáveis à Companhia.

a) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

São ativos mantidos para negociação ou designados como tal no momento do reconhecimento inicial. A Companhia gerencia esses ativos e toma decisão de compra e venda com base em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e sua estratégia de investimentos. Esses ativos financeiros são registrados pelo respectivo valor justo, cujas mudanças são reconhecidas no resultado do exercício. A Companhia classifica nessa categoria o caixa e equivalentes de caixa.

b) Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado

São mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. Os principais passivos financeiros da Companhia compreendem:

- Fornecedores (nota 4); e
- Transações com partes relacionadas (nota 6).

c) Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia não possui instrumentos financeiros derivativos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017.

2.3.2. Ativo imobilizado

2.3.2.1 Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas para redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando necessário.

O custo dos ativos construídos pela própria entidade inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessária para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados, quando aplicado, e custos e juros de empréstimos e financiamentos obtidos de terceiros capitalizados durante a fase de construção deduzidos das receitas financeiras dos recursos de terceiros não utilizados, quando aplicável.

2.3.2.2 Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente. Terrenos não são depreciados. Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

2.3.2.3 Provisão para desmantelamento

As provisões para desmantelamento são constituídas quando existe uma obrigação legal ou contratual no final da vida útil dos ativos, para fazer face às respectivas responsabilidades relativas às despesas com a reposição dos locais e terrenos em seu estado original. Estas provisões são calculadas com base no valor atual das respectivas responsabilidades futuras e são registradas por contrapartida de um aumento do respectivo imobilizado, sendo amortizados de forma linear pelo período de vida útil média esperada desses ativos. A Companhia adota como prática contábil a contabilização dessa provisão quando da entrada em operação comercial do parque eólico.

2.3.3. Provisões

Uma provisão é reconhecida para obrigações presentes (legal ou presumida) resultante de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada período de relatório, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (em que o efeito do valor temporal do dinheiro é relevante).

Quando algum ou todos os benefícios econômicos requeridos para liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

2.4. Principais julgamentos contábeis e fontes de incertezas nas estimativas

A elaboração das demonstrações financeiras da Companhia exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e utilize premissas que afetem os valores demonstrados de receitas, despesas, ativos e passivos, inclusive na evidenciação dos passivos contingentes no encerramento do exercício, porém, as incertezas quanto à essas premissas e estimativas podem gerar resultados que exijam ajustes substanciais ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos ou exercícios futuros. O principal julgamento, estimativa e premissa utilizado para a elaboração dessas demonstrações financeiras está listado a seguir:

2.4.1. Redução ao valor recuperável de ativos

No fim de cada exercício, a Companhia revisa o valor recuperável de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensura o montante dessa perda. Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente a Companhia calcula o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo.

Quando uma base de alocação razoável e consistente pode ser identificada, os ativos corporativos também são alocados às unidades geradoras de caixa individuais ou ao menor grupo de unidades geradoras de caixa para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada.

O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda ou o valor em uso. Na avaliação do valor em uso os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente pela taxa de desconto, antes dos impostos que reflita uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo para o qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada.

Se o montante recuperável calculado de um ativo (ou unidade geradora de caixa) for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

2.5. Adoção de pronunciamentos contábeis, orientações e interpretações novos e/ou revisados

Na preparação dessas demonstrações financeiras, a Administração da Companhia considerou, quando aplicável, novas revisões e interpretações aos pronunciamentos técnicos, emitidos pelo CPC, respectivamente, que entram obrigatoriamente em vigor para períodos contábeis findos em ou após 1º de janeiro de 2018.

A natureza e o impacto de cada uma das novas normas e alterações são descritos a seguir:

a) Em vigor a partir de janeiro de 2018:

- CPC nº 47 – Receitas de Contratos com clientes

O CPC 47 estabelece um modelo de cinco etapas para contabilização das receitas decorrentes de contratos com clientes. De acordo com referido CPC, a receita reconhecida por um valor que reflete a contrapartida a que uma entidade espera ter direito em troca de transferência de bens ou serviços para um cliente.

A Companhia realizou uma análise detalhada do impacto resultante da aplicação do CPC 47, incluindo a avaliação dos cinco passos para reconhecimento e mensuração da receita, quais são: (i) identificar os tipos de contratos firmados com seus clientes; (ii) identificar as

obrigações presentes em cada tipo de contrato; (iii) determinar o preço de cada tipo de transação; (iv) alocar o preço às obrigações contidas nos contratos; e (v) reconhecer a receita quando (ou na medida em que) a entidade satisfaz cada obrigação do contrato.

Após esta análise a Companhia concluiu, que não houve impacto na adoção deste pronunciamento.

- CPC nº 48 – Instrumentos financeiros

Esta norma substituiu o CPC 38 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. O CPC 48 trouxe como principais modificações: (i) requerimentos de redução ao valor recuperável (*impairment*) para ativos financeiros passando para o modelo híbrido de perdas esperadas e incorridas, em substituição ao modelo anterior de perdas incorridas; (ii) novos critérios de classificação e mensuração de ativos financeiros; e (iii) torna os requisitos para contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*) menos rigorosos.

Após análise, a Companhia avaliou que não há impactos significativos em seu balanço e/ou resultado financeiro na aplicação dos requisitos de classificação e mensuração do CPC 48, exceto pela classificação dos ativos e passivos financeiros nas categorias elencadas pela norma.

b) Em vigor para os períodos anuais iniciados após 1º de janeiro de 2019:

CPC 06 (R2) – Operações de arrendamento mercantil

A nova norma traz um modelo único de arrendamento mercantil, baseado no direito de uso do ativo em troca de uma contraprestação, com tratamento semelhante ao arrendamento mercantil financeiro, ou seja, deverão ser reconhecidos ativos e passivos para todos os contratos de arrendamento, a menos que o prazo do contrato seja inferior a doze meses ou o valor do ativo objeto do arrendamento não seja significativo. Na prática, as mudanças afetarão especialmente as companhias arrendatárias, sem alterações relevantes nas companhias arrendadoras. Esta norma é efetiva para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2019.

Na adoção inicial deste pronunciamento, a Companhia optou por utilizar o método retrospectivo modificado, sem rerepresentar os valores comparativos para o ano anterior à primeira adoção.

Para implementação deste pronunciamento, a Companhia avaliou os contratos de arrendamento existentes e em conformidade com o CPC 06 (R2) optou por adotar os seguintes critérios: (i) dos contratos que ela detinha o poder de direcionar o uso do bem e (ii) de obter substancialmente todos os benefícios econômicos futuros.

Os trabalhos realizados de avaliação tiveram como base os contratos de arrendamento mercantil de áreas (Terrenos) para construção de instalações de geração de energia eólica (Parques Eólicos).

Foram identificados 7 contratos aderentes aos critérios de reconhecimento e mensuração estabelecidos na norma, relacionados a parque eólico em construção. Para esses contratos, a Companhia passará a reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para os contratos de arrendamento mercantil. Adicionalmente, reconhecerá um custo de depreciação/amortização dos ativos de direito de uso e despesa de juros sobre obrigações de arrendamento. Até 31 de dezembro de 2018, os pagamentos eram reconhecidos como despesas na demonstração do resultado, de forma linear, ao longo do prazo do arrendamento mercantil.

Para determinação do valor justo de arrendamento, aplicou-se uma taxa de desconto, calculada com base nas taxas incrementais de empréstimos do Grupo Renova que variou entre 14,03% a.a. e 15,66% a.a. aos pagamentos mínimos previstos, considerando-se o prazo de vigência do contrato de arrendamento ou da autorização, o que for menor.

Com base nas informações atualmente disponíveis a Companhia espera reconhecer na mensuração inicial do ativo de direito de uso e do passivo de arrendamento em 1º de janeiro de 2019 um montante entre R\$169 e R\$207.

As seguintes alterações de normas e interpretações não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia:

ICPC 22 - Incerteza sobre o tratamento dos tributos sobre a renda

Essa interpretação, vigente a partir de 1º de janeiro de 2019, esclarece como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração quando há incerteza sobre os tratamentos de tributos sobre o lucro, ou seja, há dúvidas sobre a aceitação dos tratamentos adotados pela autoridade fiscal, aplicando os requisitos do CPC 32.

Outros pronunciamentos e revisões de pronunciamentos

- CPC 48: Alterações de Características de Pré-Pagamento com Remuneração Negativa.
- CPC 33: Alterações no Plano, Reduções ou Liquidação do Plano.

A Administração da Companhia está em processo de análise dos impactos dos pronunciamentos, destacados acima, porém não tem expectativa de impactos significativos nas demonstrações financeiras.

3. IMOBILIZADO

	SalDOS			Reclassificações	SalDOS		
	31/12/2016	Adições	Baixas	entre rubricas ^(*)	31/12/2017	Adições	31/12/2018
Imobilizado em curso							
Geração							
Terrenos	14	7	-	-	21	-	21
Edificações, obras civis e benfeitorias	10.262	99	-	-	10.361	-	10.361
Torres de medição	6	-	-	-	6	-	6
A ratear	14.503	4.984	-	-	19.487	-	19.487
Aerogeradores	23.165	-	(207)	24.235	47.193	-	47.193
Equipamentos de subestação	11.395	27.831	-	2.628	41.854	-	41.854
Adiantamentos a fornecedores	28.509	-	-	(28.509)	-	-	-
Provisão para perda ao valor recuperável do imobilizado	(1.983)	(51.845)	-	-	(53.828)	(6.347)	(60.175)
Total do imobilizado	<u>85.871</u>	<u>(18.924)</u>	<u>(207)</u>	<u>(1.646)</u>	<u>65.094</u>	<u>(6.347)</u>	<u>58.747</u>

(*) Efeito da conciliação de fornecedores no exercício.

O saldo do imobilizado refere-se basicamente a compra de aerogeradores, obras civis, subestações e gastos diversos com a construção do parque.

A Companhia procedeu para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 a revisão do valor recuperável de seu ativo imobilizado e reconheceu uma perda por redução ao valor recuperável no montante de R\$6.347 (2017, R\$51.845) registrada no resultado do exercício. A perda relacionada a esse ativo foi calculada substancialmente com base nas premissas financeiras e comerciais presentes no contrato de compra e venda de ações assinado entre a controladora indireta, Renova Energia e a AES em 9 de abril de 2019 (nota 16).

3.1 Desmantelamento

A provisão para desmantelamento de ativos refere-se aos custos e despesas a serem incorridos, assim como a obrigação que a entidade deverá liquidar, no futuro, para retirada de serviço dos seus ativos de longo prazo relacionados aos parques eólicos e reconstituição do terreno. A Companhia estima um custo aproximado de R\$2.597, calculado a valor presente, a ser contabilizado quando da entrada em operação comercial dos parques eólicos que atualmente encontram-se em construção, conforme sua prática contábil. A mensuração inicial será reconhecida como um passivo descontado a valor presente e, posteriormente, através do acréscimo de despesas financeiras ao longo do tempo. O custo de desativação de ativos equivalente ao passivo inicial é capitalizado como parte do valor contábil do ativo sendo depreciado pelo prazo restante da autorização.

4. FORNECEDORES

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Circulante	11.383	10.449
Não circulante	-	1.526
Total	<u>11.383</u>	<u>11.975</u>

Os saldos de fornecedores em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 referem-se, principalmente, a valores a pagar a fornecedores de equipamentos e materiais para a construção do parque eólico. Inclui também negociação com fornecedores segregados entre circulante e não circulante (2017), conforme cronograma definido em contrato, bem como encargos financeiros quando aplicável.

5. TRIBUTOS A RECOLHER

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
IRPJ a pagar	1.167	926
CSLL a pagar	428	342
COFINS a recolher	720	580
PIS a recolher	157	126
Tributos retidos de terceiros	41	53
Outros impostos a recolher	18	-
Total	<u>2.531</u>	<u>2.027</u>

Os saldos apresentados em 31 de dezembro de 2018 incluem multa e juros de mora. Em junho de 2019, a Companhia incluiu saldos a pagar de IRPJ, CSLL, PIS e COFINS no programa de parcelamento da Receita Federal para pagamento em 60 meses.

6. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

	Passivo		Resultado	
	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
<u>Rateio de despesa</u> ^(a)				
Renova Energia S.A.	85	64	(294)	(217)
<u>Adiantamento para futuro aumento de capital</u> ^(b)				
Diamantina Eólica Participações S.A.	258	1.441	-	-
Total	<u>343</u>	<u>1.505</u>	<u>(294)</u>	<u>(217)</u>

a) Rateio de despesa - refere-se a reembolso de despesas realizadas de forma centralizada pela controladora indireta Renova Energia que são rateadas e reembolsadas pelas controladas, essas despesas referem-se basicamente a gastos com pessoal, aluguel e telefonia.

b) Adiantamento para futuro aumento de capital - refere-se ao recurso aportado pela controladora Diamantina na Companhia.

Apresentamos a seguir as demais operações com a parte relacionada Renova Comercializadora ocorridas no exercício de 2017:

	<u>Fornecedor</u> <u>(nota 4)</u>	<u>Receita</u>	<u>Custo</u>
Renova Comercializadora - CE São Salvador S.A.	786	3.125	(4.766)

REMUNERAÇÃO DO PESSOAL CHAVE DA ADMINISTRAÇÃO

A remuneração dos administradores da Companhia está centralizada na Renova Energia, e é rateada entre as controladas do grupo, conforme exposto no item (a) acima.

7. PROVISÃO PARA RISCOS CÍVEIS, FISCAIS E TRABALHISTAS

Em 31 de dezembro de 2018 a Companhia constituiu provisão no montante de R\$377 para riscos cíveis relacionados a ação cível ajuizada por terceiros em razão de inadimplemento das obrigações contratuais.

A Administração da Companhia, consubstanciada na opinião de seus consultores legais quanto à possibilidade de êxito nas demandas judiciais, entende que as provisões constituídas registradas no balanço são suficientes para cobrir prováveis perdas com tais causas, considerando que grande parte do valor devido já foi reconhecida no contas a pagar da Companhia.

8. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

8.1 Capital social

O capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2018 é de R\$ 73.566 (2017, R\$70.174) e está representado por 336.660.992 (2017, 102.339.013) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

8.2 Aumento de capital

No exercício de 2018 a Assembleia Geral Extraordinária ("AGE") aprovou dois aumentos de capital:

1. Em 30 de abril de 2018: aumento de capital no montante de R\$3.156, mediante a emissão de 3.156.896 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal integralizadas com a capitalização de (i) adiantamentos para futuro aumento de capital, no valor de R\$2.212; (ii) créditos detidos pela acionista Diamantina contra a Companhia em razão de rateio de despesas, no valor de R\$158; e (iii) moeda corrente nacional, no valor de R\$786.
2. Em 3 de dezembro de 2018: aporte no valor de R\$2.352, dos quais R\$236 foram destinados à conta de capital social e R\$2.116 à conta de reserva de capital, mediante a emissão de 2.352.187 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal integralizadas com a capitalização de (i) adiantamentos para futuro aumento de capital, no valor de R\$2.238 e (ii) créditos detidos pela acionista Diamantina contra a Companhia em razão de rateio de despesas, no valor de R\$114.

Em 03 dezembro de 2018, a AGE, aprovou a rerratificação do Boletim de Subscrição objeto do anexo II da ata da AGE realizada em 8 de dezembro de 2017, para corrigir a forma de integralização do montante de R\$42.966, conforme segue: capitalização de (i) adiantamento para futuro aumento de capital, no valor R\$27.178; (ii) gastos registrados no ativo imobilizado da acionista Diamantina, no valor de R\$4.733; (iii) créditos detidos pela acionista Diamantina contra a Companhia em razão de rateio de despesas, no valor de R\$567; e (iv) crédito a ser detido, via cessão, pela Diamantina contra a Alstom Energias Renováveis Ltda., no valor de R\$10.488, sendo R\$27.928 destinados a conta de capital social e R\$15.038 a conta de reserva de capital. Os itens i, ii e iii, no montante de R\$32.478 foram integralizados naquela mesma data, restando a integralizar valor de R\$10.488 (iv).

Em 21 de maio de 2019, a controladora Diamantina Eólica Participações S.A. integralizou o montante remanescente de R\$ 10.488 com créditos detidos contra terceiros, a conta de Reserva de Capital.

8.3 Prejuízo por ação

O prejuízo básico por ação é calculado por meio da divisão do prejuízo do exercício atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais disponíveis durante o exercício. A Companhia não possui diluição de ações.

O quadro a seguir apresenta os dados de resultado e quantidade de ações utilizadas no cálculo dos prejuízos básico por ação para cada um dos exercícios apresentados na demonstração de resultados:

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Prejuízo do exercício	(10.950)	(49.639)
Prejuízo básico e diluído por ação:		
Média ponderada das ações ordinárias disponíveis (em milhares)	<u>189.270</u>	<u>71.909</u>
Prejuízo básico e diluído por ação (em R\$)	<u>(0,06)</u>	<u>(0,69)</u>

9. RECEITA LÍQUIDA

	<u>31/12/2017</u>
Comercialização de energia elétrica	5.757
(-) Impostos s/ receita (PIS/COFINS)	<u>(532)</u>
Total	<u><u>5.225</u></u>

Receita relacionada ao fornecimento de energia prevista no contrato de comercialização de energia no ambiente regulado – CCEAR por disponibilidade (LEN 2012 (A-5)) firmado entre a Companhia e determinadas distribuidoras, durante o primeiro trimestre de 2017. Esse contrato foi cancelado no âmbito do MCSD A4+.

10. DESPESAS (RECEITAS)

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>	
	<u>Despesas</u>	<u>Custo dos serviços</u>	<u>Despesas</u>
<u>Compra de energia</u> ¹	-	6.788	-
<u>Gerais e administrativas</u>			
Penalidades Contratuais e regulatórias ²	453	-	-
Contingências cíveis e trabalhistas (nota 7)	377	-	-
Pessoal e administradores	253	-	214
Serviços de terceiros	205	-	67
Seguros	94	-	-
Viagens	92	-	-
Outras	65	-	226
	<u>1.539</u>	-	<u>507</u>
Redução ao valor recuperável do ativo imobilizado (nota 3)	6.347	-	51.845
<u>Outras (receitas) despesas, líquidas</u>			
Tust - Tarifa de uso do sistema de transmissão ³	902	-	344
Licenças e estudos ambientais ⁴	657	-	-
Perdão de dívida com fornecedor ⁵	(833)	-	(10.667)
Outras	34	-	(20)
	<u>760</u>	-	<u>(10.343)</u>
Total	<u><u>8.646</u></u>	<u><u>6.788</u></u>	<u><u>42.009</u></u>

1. Refere-se a: a) aquisição de energia para revenda para honrar os compromissos assumidos nos contratos de venda de energia do parque em atraso na sua operação comercial; e b) aquisição de energia através de exposição na CCEE.

2. Penalidade aplicada pela ANEEL em função do atraso do cronograma de execução da obra do parque eólico.

3. A Companhia passou a reconhecer a Tust em agosto de 2017, conforme estabelecido em contrato.

4. Refere-se principalmente a gastos relacionados ao cumprimento de condicionantes ambientais.

5. Perdão de dívida concedido pela GE, nos termos do item 2.3 do instrumento particular de confissão de dívida assinado em 18 de agosto de 2017, líquido de PIS e COFINS.

O aumento das despesas gerais e administrativas no exercício ocorreu basicamente em função do provisionamento de penalidades contratuais e regulatórias e de contingências cíveis, bem como pela suspensão da capitalização de gastos diversos que até 2017 eram reconhecidos no ativo.

11. RESULTADO FINANCEIRO

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Receitas financeiras		
Descontos obtidos	-	3
Despesas financeiras		
Juros sobre fornecedores e impostos	(2.287)	(4.586)
Outras	(17)	(217)
Total das despesas financeiras	<u>(2.304)</u>	<u>(4.803)</u>
Total do resultado financeiro	<u><u>(2.304)</u></u>	<u><u>(4.800)</u></u>

12. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social	(10.950)	(48.372)
Alíquota combinada do imposto de renda e contribuição social	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação	<u>3.723</u>	<u>16.446</u>
<u>Adições permanentes</u>		
Despesas não dedutíveis	-	(86)
Efeito dos impostos diferidos ativos não reconhecidos sobre:		
Provisões temporárias	(2.587)	(17.627)
Prejuízo fiscal e base negativa	(1.136)	-
Imposto de renda e contribuição social registrado no resultado	<u><u>-</u></u>	<u><u>(1.267)</u></u>

A Companhia não apurou lucro tributável no exercício findo em 31 de dezembro de 2018 e possui prejuízos fiscais e bases negativas da contribuição social a compensar, no montante de R\$3.341 sobre os quais não foram constituídos tributos diferidos.

13. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégia operacional e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade. Os resultados obtidos com estas operações estão de acordo com as práticas adotadas pela Administração da Companhia.

A administração dos riscos associados a estas operações é realizada através da aplicação de práticas definidas pela Administração e inclui o monitoramento dos níveis de exposição de cada risco de mercado e previsão de fluxo de caixa futuros. Essas práticas determinam

também que a atualização das informações em sistemas operacionais, assim como a informação e operacionalização das transações junto com as contrapartes sejam feitas.

a) Valor justo dos instrumentos financeiros

Valor justo é o montante pelo qual um ativo poderia ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes com conhecimento do negócio e interesse em realizá-lo, em uma transação em que não há favorecidos. O conceito de valor justo trata de inúmeras variações sobre métricas utilizadas com o objetivo de mensurar um montante em valor confiável.

O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados. As operações com instrumentos financeiros estão apresentadas em nosso balanço pelo seu valor contábil que equivale ao seu valor justo.

	Valor justo		Valor Contábil	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Ativos financeiros				
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	4	24	4	24
Passivos financeiros				
Circulante				
Fornecedores	11.383	10.449	11.383	10.449
Partes relacionadas	85	64	85	64
Não circulante				
Fornecedores	-	1.526	-	1.526
Partes relacionadas	258	1.441	258	1.441

b) Categorias de instrumentos financeiros

	31/12/2018		31/12/2017	
	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado
Ativos financeiros				
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	4	-	24	-
Passivos Financeiros				
Circulante				
Fornecedores	-	11.383	-	10.449
Partes relacionadas	-	85	-	64
Não circulante				
Fornecedores	-	-	-	1.526
Partes relacionadas	-	258	-	1.441

A Companhia adotou a partir de 1º de janeiro de 2018 as alterações do CPC 48, que incluiu novos modelos para classificação e mensuração de ativos e passivos financeiros. Os saldos comparativos referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017 estão sendo apresentados de acordo com a nova classificação adotada para fins de melhor comparabilidade.

c) Risco de Liquidez

O risco de liquidez evidencia a capacidade da Companhia em liquidar as obrigações assumidas. Para determinar a capacidade financeira da Companhia em cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações.

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia apresentava capital circulante líquido negativo. A expectativa da Administração da Companhia é reverter esta situação conforme apresentado na nota 1.

14. COBERTURA DE SEGUROS

O quadro a seguir apresenta os principais valores em risco com coberturas de seguros da Companhia:

Objeto da Garantia	Importância Segurada	Vigência	
		Início	Fim
Garantia executante construtor (LIGHT I)	R\$ 27.648	28/04/2014	31/01/2020
Responsabilidade civil	R\$ 20.000	14/11/2014	01/12/2019
Risco de engenharia	R\$ 2.369.189	14/11/2014	01/12/2019

15. TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA

Durante os exercícios de 2018 e 2017, a Companhia realizou as seguintes atividades de investimento e financiamento não envolvendo caixa, portanto as seguintes transações não estão refletidas na demonstração dos fluxos de caixa:

	Nota explicativa	31/12/2018	31/12/2017
Capitalização de adiantamento para futuro aumento de capital	8.2	1.441	2.552
Aumento de capital com rateio de despesa	8.2	272	568
Aumento de capital com ativo imobilizado pago pela sua controladora	3, 8.2	-	4.733
Aquisição de ativo imobilizado - fornecedores	3	-	2.604

16. EVENTOS SUBSEQUENTES

Negociação de venda da Companhia

Em 9 de abril de 2019, a controlada indireta Renova Energia assinou o contrato de compra e venda de ações para alienação das ações representativas da totalidade do capital social das sociedades de propósito específico que compõem o Complexo Eólico Alto Sertão III, que inclui a Companhia, à AES Energia Tietê S.A.

No entanto, durante o período de cumprimento das condições suspensivas usuais neste tipo de transação, ocorreram eventos que produziram efeitos adversos relevantes no valor original do contrato e no prazo para conclusão da operação, notadamente: (i) modificações comerciais não previstas inicialmente nas tratativas de contratação de fornecedor para término das obras pela AES, (ii) atraso na aprovação do plano de transferência pelo órgão regulador e (iii) atraso na data de entrada em operação dos parques acordada entre as partes em função do atraso do fechamento da operação.

As partes estão empenhadas em ajustar e cumprir todas as condições suspensivas para que o fechamento da operação ocorra até outubro de 2019.

* * *

Cristiano Corrêa de Barros
Diretor

Gustavo Henrique Simões dos Santos
Diretor

Cláudio Ribeiro da Silva Neto
Diretor

Gina Abreu Batista dos Santos
Contadora CRC 027321-O-BA
